Acta nº 43

Aos 18 de Outubro de 1985 reuniu a Assembleia Municipal de Alter do Chão pelas 21 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Aberta a sessão e feita a chamada faltaram os deputados: Manuel Rodrigues Gonçalves, António Luís Gomes Palhucia, Alexandre dos Anjos Rosa, José Martinho Pais Rorisco, Manuel Gomes Barcelo, Manuel Isaac António Lopes Galhas, José Manuel Rego Guedelha, António Fernandes Lagoeiro, José Marques Gomes Crespo, Eduardo Man. Reguinis Ribeiro José Afonso Barreto Malheiro, António João Lopes Veríssimo e Maria João Antunes Baltazar, estando presentes 15 deputados.

Lida a acta da sessão de 28 de Junho p.p. e posta à votação, foi aprovada por 12 votos, 2 contra e 1 abstenção.

Lida também a acta da sessão de 8 de Julho passado, foi aprovada por 12 votos com 3 abstenções.

O Presidente da Mesa explicou a razão do atraso desta sessão que teve origem na falta da revisão orçamental, para ser presente à discussão e aprovação. Propôs o aditamento de um ponto à ordem de trabalhos que seria a Aprovação do Código de Posturas.

O Grupo A.V.V. propôs um louvor a António Gomes Vaz Rato como segue e que foi aceite e aprovado por unanimidade:

"A Assembleia Municipal de Alter do Chão, reunida em sessão ordinária de 18 de Outubro de 1985, ao tomar conhecimento da passagem à aposentação do Funcionário Municipal Sr. António Gomes Vaz Rato, louva publicamente a dedicação, zelo e competência que o referido funcionário sempre manifestou ao longo da sua carreira".

Foi lido o ofício recebido, referindo-se em especial um abaixo-assinado sobre o infantário o que sugeriu uma recomendação à Santa Casa da Misericórdia pedindo para ter em atenção o referido documento, a qual foi aceite e aprovada por 14 votos a favor e 1 abstenção.

O Dr. Borrecho declarou que se abstém, pelo facto de considerar que a Direcção da Santa Casa da Misericórdia ser autónoma de dirigir o Infantário que é um estabelecimento privado.

O Dr. António declarou que a intervenção da Assembleia Municipal tem base no facto de o órgão autárquico se debruçar sobre todos

os assuntos de interesse no município.

O deputado Fernando Soares, foi de opinião que por o abaixo-assinado ser recebido pela Assembleia, estamos acusando a recepção e recomendando-o à consideração da Santa Casa da Misericórdia.

O deputado Moreira Santos interveu de acordo que a recomendação à Santa Casa para apreciar o abaixo-assinado sendo o mínimo que a Assembleia pode fazer pelos munícipes insatisfeitos com a gestão do infantário.

Uma assistente falou sobre a ACME e a Escola de Deficientes na sua qualidade de mãe de uma aluna.

Outra assistente perguntou porquê o interesse da Assembleia sobre a admissão da empregada eventual já mencionada em diversas sessões deste órgão.

O Presidente da Mesa respondeu que está dentro dos parâmetros legais da Assembleia, inteirar-se sobre as admissões de pessoal.

Entrou-se no ponto de: - Perda de mandato de deputados.

Foram declarados com perda de mandato: António Lopes Calhas, Manuel Isaac, José Manuel Guedelha e Manuel Ermiro Barreto.

De seguida pôs-se à votação o Código de Posturas, que foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto de - Informações do Presidente da Câmara que versaram sobre: Funcionários eventuais c/ordenado mínimo. Infantários das Freguesias - Desemprego no Concelho - Conservatória do Registo Predial - Obras no Concelho.

O deputado José Afonso falou sobre a tarefeira Luísa Maria Oliveira Gomes e o deputado Moisés, complementou a intervenção anterior, lamentando as faltas de informação da Câmara.

O Presidente da Câmara disse que a empregada eventual havia feito trabalhos à tarefa para a Câmara e tendo sido despedida, veio a ser integrada com um subsídio do Fundo de Desemprego.

O deputado José Eduardo estranhou o facto de a empregada ganhar um determinado ordenado e sendo despedida, só voltando a ser readmitida ao abrigo do F.D. por importâncias menor o que considerava um oportunismo da Câmara.

O deputado Moisés pôs em dúvida a necessidade da presença

da Senhora no emprego do qual foi despedida.

O deputado Bonicho diz não compreender a razão da intervenção do grupo APV, indo ao ponto de se interessar pelo vestir da senhora em causa e que emendando com o facto de que a denominação do ordenado para o mesmo serviço parecer oportunismo.

O Presidente da Mesa explicou que a APV apresenta os assuntos como lhe são apresentados pela população e os termos foi de "passagem de modelos" que a senhora parecia fazer na rua.

Sobre o assunto da AEMF o Dr. Antão perguntou qual a situação do protocolo entre a Câmara e aquela Associação em relação à Escola de Deficientes.

O Presidente da Câmara, disse que a Câmara deveria fornecer as instalações e a AEMF o ensino, sem o protocolo especificar a que alunos se destina: se deficientes mais ou menos profundos.

O Presidente da Mesa pôs a sua ideia sobre o que deveria ser a Escola alargada as situações de deficientes profundos.

O dep. José Afonso perguntou se o Carlos Lopes foi convidado pela Câmara e recebido nos Paços do Concelho.

O Presidente disse que o atleta foi convidado pela ADA e recebido na Câmara por falta de outro local condigno.

O deputado José Afonso perguntou pela obra do edifício das Finanças havendo sido informado que estava parada.

Entrou-se no último ponto sobre a - Revisão Orçamental.

O Presidente da Mesa, leu a nota explicativa sôbre a revisão orçamental, tendo o Presidente da Câmara prestado informações.

O deputado Prates disse ter o grupo do PSD apreciado a revisão em assunto e anotado que o mesmo diz respeito a despesas com o pessoal, em especial a despesas de representação.

Estava para perguntar se aquela verba era para pagar a vinda do Carlos Lopes, mas como o Presidente da Câmara diz que não veio a convite da Câmara, é de opinião que o mesmo deveria ser aprovado.

Posta à votação foi a revisão orçamental aprovada por unanimidade.

Não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão de que se passou esta acta.

Francisco José Pires Marques Lopes

A. Moreira Prates